

Lopes, Maria Antónia, “A identificação dos dirigentes das misericórdias como método para a história das elites. O caso de Coimbra nos séculos XVIII e XIX”, *Noroeste. Revista de História* 3, Braga, 2007, pp. 323-334.

A identificação dos dirigentes das misericórdias como método para a história das elites. O caso de Coimbra nos séculos XVIII e XIX

Maria Antónia Lopes
Universidade de Coimbra

A importância dos espólios documentais dos arquivos das misericórdias para o estudo das práticas de caridade, beneficência e controlo social e para a compreensão do universo dos pobres é evidente e já não carece de demonstração. Mas esses fundos podem servir também como óptimos laboratórios de análise das elites, visto que os cargos de provedor e de escrivão das misericórdias eram estatutariamente entregues aos socialmente mais categorizadas de cada localidade. E a prática não fugia à norma, pois as vantagens decorrentes do controlo dessas instituições eram demasiados apetecíveis para que as elites se desinteressassem:

O exercício da governança das misericórdias permitia a gestão de grandes rendimentos, tendo sobre eles um poder quase discricionário, controlando o mercado de capitais, escolhendo quem seria ou não seu beneficiário na concessão de empréstimos e pressionando ou favorecendo os devedores. Não faltam exemplos conhecidos de corrupção neste domínio. Elites nobiliárquicas, e muitas vezes os próprios provedores, arrebatavam grandes somas em empréstimos que não honravam. Outro grande espaço de exercício do poder era, naturalmente, o dos receptores da assistência. Os dirigentes das misericórdias impunham regras de comportamento para o merecimento das esmolas, decidiam quem beneficiava ou não da caridade e que socorros efectivos recebiam, isto é, detinham o controlo dos destinos de centenas de pessoas. Além disso, exerciam poder sobre os foreiros, arrematantes, camponeses, inquilinos urbanos, trabalhadores e funcionários da instituição, incluindo os capelães. Eram interlocutores directo dos órgãos centrais do poder, parceiros entre os grandes da

cidade, testamenteiros a quem eram confiadas as fortunas e as vontades dos possidentes. Podiam rentabilizar oportunidades criadas pelas redes de sociabilidade que se teciam dentro da confraria e no seu relacionamento com outras instituições, eram árbitros da conflitualidade interna da irmandade e últimos decisores de quem nela incluir ou excluir. Como chefes máximos de uma instituição que se apresentava e era reconhecida como a caridade em acção, identificavam-se com o papel de personagens exemplares, capitalizando um enorme poder simbólico.

Assim sendo, com o estudo prosopográfico dos governantes das Santas Casas poderemos identificar os poderosos locais e perceber que tipo de poder exercem, que instrumentos e estratégias utilizam, como se produzem e reproduzem... Torna-se, pois, bem clara a grande importância que pode ter para a caracterização das elites locais este tipo de abordagem. Fazendo-o, é possível perceber a que corpo social pertenciam os governantes das misericórdias, qual a sua formação ou inserção profissional e política; em que época da sua vida ou carreira acederam ao lugar; que outras instituições dominavam; se se perpetuaram ou não no poder; se o exercício desses cargos significava a construção de um estatuto, o seu reconhecimento ou o seu reforço – isto é, se a posse de tais cargos representava um canal ou um porto de chegada de ascensão social; se houve grupos organizados que deliberadamente penetraram nas mesas administrativas destas confrarias ou se, a terem existido alterações da tipologia social das chefias, o facto patenteia mudanças na composição dos grupos dominantes ou variação na estima social que a comunidade conferia à sua misericórdia.

O que me proponho, neste momento, é sublinhar a operacionalidade da metodologia com os resultados que obtive ao identificar os provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra dos séculos XVIII e XIX¹.

No período que decorre entre os anos económicos de 1700/01 e 1748/49, época em que os provedores desta confraria foram eleitos sem interferência do poder central, o peso da fidalguia na sua direcção é enorme: em 77% dos anos² foi a provedoria ocupada por fidalgos da Casa Real e em 44% os provedores ostentavam o *Dom* antes

¹ O texto que se segue, sem qualquer aparato erudito, é um conjunto de conclusões que podem ser encontradas mais desenvolvidas e fundamentadas no meu estudo *Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e fontes de poder*, sep. *Revista Portuguesa de História*, 36, 2º, 2003-2004, pp. 203-274. Embora tenha apenas utilizado os provedores e escrivães, por se tratar de um estudo que abarca 210 anos, a análise seria também válida se englobasse todos os mesários de 1ª condição.

² As percentagens apresentadas para a caracterização das chefias da Misericórdia são sempre relativas aos anos de exercício e não a indivíduos diferentes.

do nome. Além desses, 6% dos mandatos couberam a nobres. A partir de 1727 inclusive, são todos fidalgos da Casa Real. Antes de acederem ao lugar, 48% dos provedores já haviam sido vereadores, e destes, 80% eram membros da nobreza que, assim, dominavam tanto a Câmara como a Misericórdia. Além disso, 20% dos provedores desta época acumulavam o nascimento nobre e a pertença à Misericórdia, à Câmara e à Inquisição. Não podemos deixar de lembrar o *pacto fidalgo* que Sérgio Soares historiou³.

A carreira académica não era decisiva para a escolha dos dirigentes da Santa Casa, pois apenas 6% dos mandatos foram exercidos por lentes (das faculdades de Cânones e de Leis) e a eclesiástica também não era determinante (17% eram cónegos). Era frequente a pertença a importantíssimas instituições de carácter honorífico e de poder, com ou sem contrapartidas remuneratórias: 71% dos mandatos foram desempenhados por homens ligados à Ordem de Cristo (48% comendadores e 23% cavaleiros), 62% ao Santo Ofício (sendo 41% deputados e 21% familiares) e 4% eram deputados da Mesa da Consciência e Ordens. Os possuidores de comendas de ordens militares ocupam 54% dos mandatos (e em 14% acumulam mais do que uma), os morgados atingem os 64% e as dignidades eclesiásticas (deão, mestre-escola, arcediago) 8%. Outros cargos pertencentes aos provedores desta época são os de mestre-de-campo (19%), provedor do Hospital de S. Lázaro (19%), guarda-mor da saúde (18%), capitão-mor (13%), correio-mor de Coimbra (4%). Há, pois, membros dos aparelhos militar, sanitário e administrativo, da Inquisição, das ordens militares e, em menor grau, do Cabido da Sé. Não é necessário salientar o que poderia significar ocupar tais cargos e dignidades. Exceptuados os anos 1706/07 e 1707/08, quando a Misericórdia foi dirigida pelo próprio bispo-conde, não existem no cargo máximo da irmandade magistrados da administração diocesana (provisor, vigário-geral, escrivão da Câmara Eclesiástica, juiz dos resíduos, desembargadores, promotores, etc.).

Tal peso da fidalguia e de dignitários só pode querer dizer que o exercício do cargo acarretava grandes vantagens materiais e/ou simbólicas. Mas significava também, que é o que agora importa salientar, que esses lugares estavam reservados a um número restrito de notáveis da urbe. Nos 49 anos em causa exercem o cargo de provedor 19 indivíduos distintos, tendo alguns deles alternado entre a provedoria e a escrivania. Admitir-se-ia à partida que não seria comum exercer-se o cargo de escrivão depois de

³ Em *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo*, 2 vols., Coimbra, Centro de

se ter sido provedor, mas assim não foi nesta centúria. Mais de metade das escriturarias (57%) foram ocupadas por nobres, sendo fidalgos em 29% dos anos e morgados noutros tantos. 55% dos mandatos foram exercidos por homens pertencentes à Ordem de Cristo e em 67% estavam ligados ao Santo Ofício (familiares em 30 anos, secretários em dois e alcaide em outro). O peso da carreira autárquica é grande, pois 67% destes mandatos foram ocupados por indivíduos que eram ou tinham sido vereadores e mais 8% por homens que virão a sê-lo no futuro. Membros do aparelho militar tiveram a escrituraria em 51% dos anos e em 12% homens da Igreja. É, pois, este o retrato-padrão dos escrivães da Misericórdia de Coimbra na primeira metade de Setecentos: membro da governança municipal, nobre, ligado ao Santo Ofício e à Ordem de Cristo e com cargos de autoridade militar.

Nesta sociedade de antigo regime, onde era grande a amplitude horizontal das famílias, não seriam menos importantes as teias familiares e clientelares. Que redes de relações pessoais, trocas de favores ou dependências económicas, se formavam aqui e noutras instituições de natureza profissional, honorífica, devocional, caritativa a que tantos deles pertenciam também? Ou entre a parentela das esposas e dos filhos casados? Só nestes dois cargos máximos da Misericórdia encontram-se irmãos, filhos, netos, bisnetos, sobrinhos, cunhados... Pelo menos 23% dos mandatos de provedor foram exercidos por filhos de anteriores provedores e escrivães.

Nos anos que vão de 1749/50 a 1798/99, longe de se atenuarem as características apontadas, aumenta o peso proporcional da fidalguia no cargo máximo da Santa Casa. À excepção de um homem que ocupou o lugar durante quatro anos, os restantes 14 indivíduos são fidalgos da Casa Real (94% dos mandatos exercidos). Mas além de fidalgos, eram eclesiásticos em 40% (todos cónegos), o que representa um crescimento acentuado do peso da Igreja. A Câmara também aumenta a sua presença, pois em 38% dos casos eram antigos vereadores. Posteriormente, 18% que nunca haviam sido membros da governança da cidade virão a sê-lo. Os lentes comandam os destinos da Misericórdia em 10% dos anos, embora sejam apenas dois homens. Um deles foi designado pelo poder central e o outro eleito, mas a escolha deste, o único provedor plebeu, também agradava à Coroa, pois havia sido nomeado escrivão no ano anterior.

Temos de ter presente que nesta época 56% dos mandatos são de nomeação régia, só tendo havido eleições entre 1751 e 1770 e em 1796. Consideremos apenas os

provedores eleitos: os fidalgos são 86%, os vereadores 73% e a clerezia 27%; isto é, embora elevado, baixa o peso da fidalguia e da clerezia e cresce abruptamente a vereação. O perfil das personagens escolhidas pelo poder régio é diferente: são todos fidalgos, sendo metade homens da Igreja, e até 1793 nenhum da governança local. Pretender-se-ia, por certo, enfraquecer um grupo demasiado poderoso, instalado na Misericórdia e bem alicerçado no governo municipal, dividindo as suas áreas de influência. É inegável que na segunda metade de Setecentos a fidalguia consolidou o seu poder na Santa Casa, o que é consentido e depois orquestrado pela Coroa, como o foi na governança municipal, mas, com as nomeações das mesas administrativas, o poder régio promovia e fidelizava um subgrupo estranho à vereação e, simultaneamente, usava-o para controlar a Misericórdia.

A Ordem de Cristo e o aparelho militar continuam representados na provedoria da Santa Casa, ambos com 26% dos mandatos, mas o Santo Ofício perde representatividade: 10% dos provedores são seus familiares e 6% deputados. Importante é, também, a filiação como canal de acesso ao poder, pois 9 mandatos são exercidos por filhos ou genros de anteriores provedores e escrivães (18%). Nenhum destes foi nomeado pelo poder central. É visível, pois, uma forte tendência para o fechamento, para a hereditariedade e lateralidade do cargo, quando a Coroa não interfere.

Os escrivães, 17 pessoas diferentes, eram em primeiro lugar eclesiásticos (78%), todos cónegos, 44% fidalgos e 18% vereadores. 10% eram filhos de anteriores provedores ou escrivães, 8% pertenciam à Ordem de Cristo e outros tantos à Inquisição. Vários indivíduos alternam no exercício dos dois cargos máximos da Misericórdia, o que não é mais do que uma bem urdida estratégia de poder, pois estamos perante uma rede emaranhada onde as mesmas famílias e os mesmos homens se repetem e cruzam constantemente. Ou seja, uma poderosa e restrita oligarquia dominava a Santa Casa.

Embora dirigir a Misericórdia pudesse ser tarefa muitíssimo trabalhosa, o certo é que entre 1700 e 1770 apenas seis homens se esquivaram aos cargos dirigentes para que tinham sido eleitos (2 provedores e 4 escrivães). Em 1799 escusaram-se oito (4 provedores e 4 escrivães). As recusas de aceitação dos cargos são indicações claras de que a Misericórdia de Coimbra, como tantas das suas congéneres, perdia capacidades

atractivas para os grandes⁴. Expressamente o afirma o provedor José Joaquim da Silva⁵ em 1814: é desde 1799 que “vendo-se a Irmandade na triste necessidade de fazer huma elleiçã menos comoda da qual data a infelis dezerçãõ ou abandono que a Fidalguia, Corpo da Universidade e do Cabido tem feito da Mizericordia de Coimbra”⁶. Que se passou em 1799? Por que razão a gente principal da terra se escusa a dirigir a Misericórdia? E quem foram os eleitos que, segundo José Joaquim da Silva, terão provocado o esvaziamento de ilustres?

Depois de uma primeira eleição, cujos eleitos se recusaram a assumir os cargos e da suspensão da segunda por denúncia de suborno, os dirigentes em exercício demitiram-se. Ocupa então o cargo de provedor interino o mesário mais velho, o que foi contestado por muitos. Na terceira eleição os eleitos voltam a eximir-se e é só no quarto acto eleitoral que é escolhido para provedor o tal mesário mais velho que assegurava o cargo interinamente. Ora, tanto o provedor como o escrivão agora sufragados pertenciam a um universo social muito distinto do habitual. Nem um nem outro eram fidalgos, lentes ou cónegos, o que, seguindo o pensamento de José Joaquim da Silva, seria condição indispensável para o desempenho do lugar. Seria por essa razão que se seguiu a “infelis dezerçãõ”? Parece mais plausível que a eleição seja consequência e não causa da deserção das elites coimbrãs. É que as dificuldades financeiras da instituição diminuía-lhe drasticamente o seu poder e as medidas régias que visavam controlar o acesso aos empréstimos de capitais, exigindo cada vez mais garantias e fiscalizando o pagamento dos juros, fizeram perder às administrações das misericórdias um dos maiores atractivos que exerciam junto da nobreza. Mas é bem provável, também, que a deserção se tenha agravado com a escolha de uma equipa dirigente cujo *status* era manifestamente inferior ao habitual. E a elevação dos lavradores, negociantes e almotacés à 1ª classe de irmãos em Junta Plena de 28 de Agosto, aproveitando o vazio de elites na direcção da Casa, certamente não agradaria a quem se considerava superior e se via agora igualado nas categorias internas da irmandade. A decisão do plenário da Misericórdia, a par dos resultados do 4º sufrágio,

⁴ Ver SÁ, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*, Lisboa, CNCDP, 1997, pp. 84-86; SÁ, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 127-131; LOPES, Maria Antónia, *As Misericórdias de D. José ao final do século XX*, sep. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum I. Fazer a história das Misericórdias*, Lisboa, Universidade Católica e União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 79-81.

⁵ Era lente de Leis e havia sido capitão-mor, conservador da Universidade e corregedor de Coimbra.

⁶ Arquivo da Misericórdia de Coimbra, *Acordãos 5*, fl. 226.

são sintomáticos da pressão crescente dos grupos (ou indivíduos) em processo de ascensão. Os momentos de grande conflitualidade interna patentes em alguns anos deste período que decorre entre 1799 e 1833 demonstram bem a luta que se travava pelo acesso ao poder. Em 1799, embora a elite recuse o cargo, não o quer ver desempenhado por indivíduos estranhos ao grupo. Em 1815, o provedor, que há 13 anos ocupava o lugar e que pretendia continuar, vê-se obrigado a abandonar o cargo por vontade da maioria dos membros da irmandade e por força de uma provisão régia. Em 1821 outra provisão exonera o provedor a requerimento de quatro mesários. Na eleição desse mês, que designa para provedor um fidalgo cónego, alguns irmãos queixam-se de ter havido subornos.

Período de acentuadas mutações das elites portuguesas e coimbrãs e de oscilações no peso simbólico do mando da Misericórdia, é natural que se traduzisse em instabilidade e hesitações. Os tipos sociais que as elites tradicionais consideravam aptos para o comando já não seriam os que o desejavam. É inegável que entre 1799 e 1833 a tipologia dos provedores da Misericórdia de Coimbra apresenta profundas alterações: as famílias que tradicionalmente dominavam a Misericórdia desapareceram; a fidalguia sofre uma quebra brutal, passando de 93% para 26%; a ordem eclesiástica tem agora muito pouca influência, 9%, e a pertença à Ordem de Cristo a mesma proporção (lembramo-nos que na época anterior a clerezia atingia os 40% e a Ordem de Cristo os 26%). Em contrapartida, os professores da Universidade tornam-se pela primeira vez maioritários (63% das provedorias deste período). Começam a impor-se novas elites e em Coimbra nada melhor do que a carreira académica para assegurar a ascensão e o prestígio social. O doutoramento e o professorado universitário são poderosos mecanismos de promoção social, mas o acesso à provedoria não é imediato à obtenção do grau. Eram necessários anos, até se ter adquirido ou consolidado o prestígio necessário. Aos sete provedores lentes foi necessário em média um intervalo de 16 anos entre o doutoramento e a primeira eleição, indo de um mínimo de 12 a um máximo de 27. Excluindo este, que se afasta bastante dos outros casos, o intervalo médio é de 14 anos. Surgem nesta época os “bacharéis formados” que governam em 17% dos anos mas, depois deste período de transição, não mais serão admitidos à provedoria.

O peso da carreira autárquica diminui um pouco: é agora de 31% enquanto no período anterior era de 38%, mas 63% dos escrivães desta época tinham sido ou virão a ser vereadores. Razões políticas imperam também neste período conturbado. Durante

pelo menos seis anos a Misericórdia foi dirigida por militantes miguelistas e em dois por liberais. Só dois tinham sido escrivães e ninguém passou de provedor a escrivão. Parece, pois, cavar-se um fosso entre os dois cargos que passam a ter graus de dignidade distintos.

Nenhum dos escrivães é fidalgo ou membro da nobreza. São vereadores (54% já o foram e mais 9% sê-lo-ão no futuro), professores universitários (40%), eclesiásticos (34%, mas apenas 6% cónegos⁷) e 23% dos mandatos foram exercidos por bacharéis. Comparativamente com os provedores, os escrivães doutorados eram mais jovens na carreira. Tinham obtido o grau entre 4 a 30 anos atrás, constituindo este último uma clara excepção. Excluindo-o, o prazo máximo foi de 12 anos, isto é, o mínimo para se atingir a provedoria. A média, sem esse caso serôdio, é de 9 anos. Exceptuando um, não se encontram entre os escrivães deste período homens com carreiras brilhantes na política, na magistratura ou na administração, mas nem por isso a escrivania da Misericórdia de Coimbra é pouco selectiva. São conhecidas as identidades dos principais negociantes da cidade em 1808⁸. Nenhum deles ocupou os dois cargos máximos da Misericórdia, apesar de cada vez maior número ingressar na 1ª classe de confrades (em 1830 são 12% da 1ª graduação). E, contudo, entre esses negociantes encontram-se homens de grande fortuna que eram irmãos da Misericórdia e virão a ser importantes benfeitores da instituição como João Fernandes Guimarães e Francisco Pereira⁹. Mas a riqueza só por si não dá honra suficiente. Substituindo-se ao peso simbólico da família, é agora, e cada vez mais, o domínio do saber intelectual que confere dignidade.

É nítido de imediato que o ambiente social descrito para este período compreendido entre 1799 e 1833 é completamente outro. Distinguem-se traços inequívocos da transformação de uma sociedade de Antigo Regime numa sociedade liberal. Época confusa, em que durante algum tempo o comando da Misericórdia parece perder interesse para a elite urbana, recuperá-lo-á no período seguinte, com a emergência de novas elites. De facto, implantado o Liberalismo, só em dois anos a provedoria não foi ocupada por professores da Universidade. Isto é, a minoria fidalga é

⁷ Mais 10% serão nomeados cónegos posteriormente.

⁸ CARVALHO, Joaquim Martins, *Apontamentos para a historia contemponea*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868, p. 7

⁹ Ver LOPES, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*, Viseu, Palimage, 2000, I, pp. 204-205.

substituída pela minoria académica. Ocorreu, pois, uma recomposição das elites e a referência e a pertença social voltaram a ser coincidentes.

Entre 1834 e 1873 os provedores universitários atingem os 95%. A provedoria da Misericórdia fechou-se ao grupo restrito dos lentes que são recrutados maioritariamente entre os homens de leis. A faculdade de Direito, criada em 1836 pela união das antigas faculdades de Cânones e Leis, forneceu 40% destes académicos. Vem a seguir a Teologia com 21% e as restantes com 13% cada uma. Além da Universidade - instituição produtora de ideologia e de governantes - cujos professores se afirmam como a elite incontestada da urbe, a Igreja recuperou o seu peso na direcção da Santa Casa. Os eclesiásticos representam 43%, ao que não é estranho o elevado número de homens da Igreja que abraçaram a causa liberal.

O prestígio pessoal, prévio à ascensão à provedoria, materializa-se em títulos honoríficos, pois 38% dos mandatos foram exercidos por comendadores e 33% por membros da Ordem de Cristo. Os fidalgos da Casa Real mantêm ainda 18% dos lugares, mas são todos lentes. As fontes do poder tinham mudado e com elas mudaram também os seus detentores. Indiscutível é, também, a implantação destes homens nas sedes do poder político: 30% haviam sido vereadores (e isto quando a Universidade já não ocupava por privilégio seu um dos lugares da vereação), 23% eram ou tinham já sido deputados, 28% conselheiros de Estado, 15% presidentes da câmara municipal, 10% governadores civis, 8% pares do reino, 3% administradores do concelho. Além disso, 10% destes mandatos foram exercidos por homens que se sentarão na cadeira episcopal, 18% por indivíduos que virão a ser vice-reitores, 10% presidentes da Câmara, 8% reitores da Universidade, 8% vigários gerais ou capitulares em várias dioceses, 5% pares do reino e outros tantos conselheiros.

As rivalidades político-ideológicas no seio do novo regime, também se reflectiam, naturalmente, na escolha dos dirigentes da Misericórdia. Em 1851 um artigo de *O Observador* acusa a Misericórdia de se ter convertido em instrumento de eleições desde o ministério de Costa Cabral, noticiando que a Mesa elaborara uma lista dos devedores à Santa Casa “para serem perseguidos se não votarem a favor d’um Partido Político”¹⁰. A acusação remete-nos de imediato para o poder real que os dirigentes da Misericórdia detinham com o controlo de capitais.

¹⁰ Arquivo da Misericórdia de Coimbra, *Actas da Mesa e das Juntas, 1847-1858*, fl. 92vº.

Uma das maiores novidades deste período é o peso que a maçonaria adquire na Santa Casa. É que em 50% destes anos a instituição foi dirigida por maçônicos¹¹. Distribuem-se os provedores mações entre 1836/37 e 1872/1873, só tendo havido um anteriormente, em 1824/25. Depois de Julho de 1873 não mais a Misericórdia de Coimbra foi dirigida por um mação. Quanto aos escrivães maçônicos, representam 43% nos anos 1834-1873. O 1º data de 1835/36 e o último de 1870/71¹². Organizações como a maçonaria ou as facções políticas (mais tarde partidos) irão criar ou fortalecer novas elites e antagonismos, actuando como eficazes mecanismos de promoção social e de acesso ao poder. Os provedores e escrivães desta época são indubitavelmente os homens mais notáveis e poderosos da cidade, a sua elite dirigente, revelando-se assim a enorme apetência pelo governo da Misericórdia. Foque-se o ano de 1854 e veja-se quem detinha o poder em Coimbra: a Universidade estava sem reitor desde a demissão de José Machado de Abreu (provedor da Santa Casa em 1836/37), sendo governada pelo vice-reitor José Manuel de Lemos (provedor da Misericórdia em 1840/41) que recebeu nesse ano a Mitra de Bragança, passando a direcção da Universidade para José Ernesto de Carvalho Rego (provedor em 1851/52); na cadeira do governo civil sentava-se António Luís de Sousa Henriques Seco (escrivão em 1846/47) que também nesse ano foi eleito deputado; o administrador do concelho era António Pereira Jardim (membro activo da Misericórdia e irmão do provedor de 1862/63 e por um breve período de 1874); a presidência da Câmara pertencia a Cesário Augusto de Azevedo Pereira (escrivão em 1842/43 e provedor em 1846/47 e 1871/72). Se identificarmos os governadores da diocese de Coimbra no primeiro período liberal, também não restam dúvidas sobre a proximidade da Misericórdia a essa outra sede nevrálgica do poder. Em 1834, quando o bispo fugiu da cidade, confiou o governo da diocese ao provisor, o doutor Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos (futuro provedor da Misericórdia, em 1855/56 e 1859/60) e sendo preso Miguel Vasconcelos em 1837, o bispo ausente mandou entregar a administração diocesana ao doutor José Rodrigues Feio que fora escrivão da Misericórdia em 1830/31. Quanto aos novos vigários capitulares e governadores temporais apresentados pelos governos liberais, foram os seguintes: em Agosto de 1834, Manuel Domingues de Gouveia (escrivão da Misericórdia em 1821/22 e provedor em 1826/27 e 1837/38); sucedeu-lhe o doutor Guilherme

¹¹ E é possível que a percentagem seja superior, pois sendo a maçonaria uma associação secreta (ou, no mínimo, “discreta”), é natural que os pedreiros-livres tivessem sido em número superior aos encontrados.

Henriques de Carvalho (provedor da Misericórdia em 1834/35), só entre Junho e Setembro de 1836; o terceiro governador diocesano (1836-42) foi o doutor José Manuel de Lemos, provedor da Misericórdia em 1840, e o quarto (1842-52) o doutor António José Lopes de Moraes, provedor da Misericórdia em 1828/29. Em 1852 volta a ocupar esse lugar o doutor José Manuel de Lemos.

Os princípios hierarquizadores operativos na Misericórdia retratam, pois, os valores determinantes na cidade. É claro que viviam em Coimbra homens de negócios abastados, mas nenhum foi admitido no topo hierárquico da Misericórdia. Em 1851 foi elaborada pela Câmara Municipal uma lista dos indivíduos que podiam ser jurados nos crimes de liberdade de imprensa¹³ segundo as disposições legais da carta de lei de 19 de Outubro de 1840 que impunha critérios de carácter censitário e académico. Os 86 homens que em Coimbra reuniam essas condições distribuíam-se profissionalmente da seguinte forma: 49% eram lentes, 22% funcionários da Universidade, 9% proprietários, 8% negociantes, 5% profissionais liberais com formação universitária, 4% professores do liceu e 4% boticários. Note-se que os lentes, embora com um peso enorme, não atingiam os 50% e que os proprietários e negociantes representam 17%. Ora, nenhuma destas duas últimas categorias está representada nas chefias da Misericórdia, nem como provedores nem como escrivães. E, contudo, 25% dos Irmãos da 1ª graduação eram já, em 1851, negociantes ou proprietários. Mas para os dois cargos de direcção a Misericórdia só elegia pessoas da elite cultural.

Os escrivães são também agora lentes (70% dos mandatos), mas estão ainda numa fase precoce da carreira. Embora menor, o peso social dos escrivães da Misericórdia de Coimbra é indubitável. É certo que 30% não eram lentes, contra apenas 5% nos provedores, mas eram todos licenciados. Além disso, 33% dos mandatos foram exercidos por pessoas pertencentes à Ordem de Cristo, 25% por comendadores, 23% por eclesiásticos (mas só 8% cónegos), 15% por vereadores, 15% por advogados, 10% por deputados, 10% por fidalgos, 10% por dirigentes da Ordem Terceira, 3% por pares do reino. Eram também mações em 43% dos anos, como já referi. E, no futuro, mais 15% serão deputados, 15% pares do reino, 10% presidentes da Câmara de Coimbra, 8% bispos, 8% vereadores, 8% dirigentes da Ordem Terceira de S. Francisco.

¹² No período seguinte a escrivania será ocupada por um maçã nos anos 1903/04 a 1906/07.

¹³ Nomes apurados em sessão da Câmara de 23.2.1851 (Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, *Vereações*, Livro 81º, fls. 79vº-80vº).

O suporte familiar parece readquirir alguma importância: dois escrivães tinham ascendentes no cargo (avô e tio), pelo menos outros dois eram cunhados e ainda dois outros eram simultaneamente primos diretos e cunhados. Mas a rotação de pessoas na escritania é quase plena, pois apenas três indivíduos exerceram um 2º mandato. O exercício da escritania importava agora, sobretudo, como via de aproximação ao poder, fosse ele na própria Santa Casa ou noutras sedes locais e nacionais. Claro que neste meio pequeno, quase inteiramente de académicos, muitos eram os que partilhavam as mesmas agremiações. Já foi salientada a maçonaria, a câmara municipal e a dos deputados. Mas vários destes homens, além de confrades da Misericórdia, foram também membros de outras instituições de beneficência como o Asilo da Infância Desvalida, o Asilo de Mendicidade, a Ordem Terceira de S. Francisco ou a Confraria da Rainha Santa Isabel.

Desde 1874 até ao fim da monarquia, todos os provedores são professores da Universidade, os quais vêm sobretudo da faculdade de Direito, 37%, sendo 16% de cada uma das de Teologia, Medicina e Matemática e 14% de Filosofia. Ora, os lentes eram um grupo muito restrito. O quadro legal do pessoal docente da Universidade era, em 1873/74, de 73 homens e em 1886/87 de 75, mas com 9 lugares por preencher. Neste ano o número de professores realmente existentes distribuía-se assim por faculdades: 20 em Direito, 17 em Medicina, 10 em Filosofia e em Matemática e 9 em Teologia¹⁴. Sendo maior o quadro de Direito, é natural que os seus membros sejam também mais numerosos na direcção da Misericórdia. Mas o seu peso ultrapassa a mera explicação quantitativa. Proporcionalmente à sua base de extracção, os provedores de formação jurídica representam 70%, os de Teologia são 67%, os de Matemática 60%, os de Filosofia 50% e os de Medicina apenas 35%. Os médicos que, com os juristas, seriam à partida os técnicos mais vocacionados para a direcção de um estabelecimento desta natureza, são poucos. Talvez porque os lentes de Medicina, que em geral exerciam também a clínica privada, tivessem menos disponibilidade. Certamente, também, porque as relações entre a Misericórdia e os Hospitais da Universidade foram sempre tensas. Mas, sobretudo, porque mais do que um bom serviço que se quer prestar, é um lugar que se conquista pela força dos grupos influentes que sustentam as candidaturas.

¹⁴ CRUZEIRO, Maria Eduarda, “Os professores da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XIX”, *Análise Social*, n.º 116/117, 1992, p. 536.

A inserção na política partidária traduz-se no facto de 14% dos provedores terem já sido governadores civis e 11% deputados. 8% eram ou serão pares do reino e outros tantos conselheiros de Estado. Os poderes autárquicos estão agora quase ausentes, pois nenhum era ou fora vereador e apenas um havia sido presidente da câmara. Mas sê-lo-ão depois. E a concorrência entre os partidos para o domínio da Misericórdia é evidente. Uma grave questão eleitoral em 1874 demonstra-o com toda a clareza¹⁵. A provedoria da Santa Casa é agora, em muitos casos, um patamar entre a carreira académica e a política. Depois do exercício desse cargo, 38% serão nomeados reitores, 16% chegam a presidentes da Câmara e, na mesma percentagem, virão a chefiar um ministério. Ressalta, assim, o carácter instrumental do exercício do cargo.

As comendas e a pertença à Ordem de Cristo caracterizam, cada uma, 16% dos provedores (mais 14% receberão a comenda posteriormente), mas os nobres são apenas 5%. Quanto aos eclesiásticos, diminuem a sua representação, estando agora presentes em 24% dos mandatos (8% cónegos) e só um indivíduo ascende ao episcopado¹⁶. Os maçónicos, que atingiam os 50% na época anterior, desaparecem, o que se explica pelo refluxo que a organização atravessa¹⁷. Em Coimbra, o activismo maçónico reafirmara-se a partir de 1870, mas eram estudantes universitários os seus principais protagonistas¹⁸, para quem a direcção da Misericórdia era inacessível. É também na década de 1870 que em Portugal surge o Partido Socialista, se intensifica o activismo republicano e se inicia a contra-ofensiva católica. Começava a época da guerra entre Religião e Ciência, entre católicos e livres-pensadores que dividiu a sociedade das nações europeias católicas nas últimas décadas de Oitocentos e primeiras do século XX em dois ferozes blocos inimigos incapazes de qualquer compromisso. Tal radicalização é nítida em Coimbra, intensificando-se nos decénios seguintes. E essa luta de elites concorrentes travou-se também dentro da Misericórdia.

O *status* conferido pelo professorado universitário é também agora quase imprescindível à categoria de escrivão, pois são-no em 89% dos casos. Além de lentes, 22% dos escrivães eram eclesiásticos, cavaleiros da Ordem de Cristo (11%),

¹⁵ Ver o episódio em LOPES, Maria Antónia, *Provedores e escrivães...*, pp. 252-255.

¹⁶ Muito provavelmente, o facto não se explica pelo menor prestígio universitário dos eclesiásticos deste período, mas pela violenta polémica que envolveu os professores da Faculdade de Teologia e a hierarquia católica. Veja-se este caso em ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, T. IV, Parte III, Coimbra, Ed. A., 1922, pp. 120-129.

¹⁷ CATROGA, Fernando, *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911)*, Coimbra, policopiado, 1988, I, pp. 404-406.

¹⁸ CATROGA, Fernando, *A militância laica...*, pp. 416-417.

maçónicos (11%) e eram ou tinham já sido deputados (11%). No futuro, 25% serão nomeados vice-reitores das Universidades de Coimbra e de Lisboa, 18% ocuparão um ministério, 14% a reitoria de liceus centrais, 11% serão eleitos deputados, 8% presidentes da Câmara de Coimbra, outros tantos agraciados com uma comenda e 16% com uma grã-cruz de ordem militar honorífica. É, pois, um grupo restrito que se produz na Universidade e depois se instala nas mais diversas instituições de poder. A Misericórdia é uma delas, situando-se, neste período, mais frequentemente nas etapas iniciais das carreiras, o que parece resultar não tanto de perda de prestígio da Santa Casa em Coimbra, mas da implacável sucção das elites exercida por Lisboa.

Neste último período da monarquia constitucional, os diferentes grupos que procuravam dominar a cidade ocupam as chefias da Misericórdia. Mundo quase integralmente universitário, mas que não é monolítico. Sucedem-se ou coabitam professores apolíticos, teólogos bem ou malquistos pela hierarquia, políticos regeneradores e progressistas, monárquicos e republicanos, militantes católicos leigos ou eclesiásticos. Se em certos anos é bem claro o domínio de uma facção, mais frequentemente são constituídas equipas heterogéneas, apesar de sabermos que nos primeiros anos do século XX a sociedade culta coimbrã estava profundamente fracturada entre monárquicos, republicanos e católicos do C.A.D.C. Por que se constituíam, então, na Misericórdia, governos com elementos antagónicos? Haveria um relativo equilíbrio das diferentes correntes na cidade que aconselhava a coabitação? Receio de que divisões claramente partidárias comprometessem o prestígio da instituição e, por consequência, o do cargo e por isso também o próprio poder? Volubilidade ideológica ditada pelo pragmatismo dos interesses pessoais ou institucionais? Terá ocorrido, talvez, o que sucedeu no círculo eleitoral de Coimbra entre 1869 e 1890, onde o “mecanismo do acordo” generalizou as candidaturas únicas¹⁹. Se assim foi, uma vez mais se confirma a validade da análise para a compreensão da dinâmica das forças sociais determinantes na cidade.

E termino com uma síntese dos resultados desta abordagem:

No século XVIII é indiscutível a preponderância da fidalguia (que na segunda metade do século é apoiada e utilizada pelo poder central) e de redes familiares sólidas, a que se associa a autoridade proporcionada pelo exercício de cargos municipais, eclesiásticos ou do alto funcionalismo de nomeação régia e o *status*

conferido pela posse de comendas e morgados e pela integração na familiatura do Santo Ofício. Entre finais de Setecentos e a implantação definitiva do Liberalismo, há instabilidade, hesitações no tipo de elite dirigente, prefigurando-se já o especialista e o político. Mas mesmo quando a Misericórdia se esvazia das gentes mais gradas, na transição de Setecentos para Oitocentos, a direcção nunca saiu das suas mãos, salvo no triénio 1799-1801.

A monarquia constitucional é o tempo do domínio absoluto da carreira académica que permite mobilidades ascendentes muito rápidas. Os lentes substituem os fidalgos no governo da Misericórdia. Mas o poder sobre a Misericórdia é também muitas vezes precedido por alguma experiência política tanto a nível local como nacional. Da endogamia familiar passou-se à endogamia profissional e das estratégias familiares às estratégias de grupos ideológicos. E se a generalidade dos irmãos se desinteressa das eleições, há sempre um núcleo duro que não o faz. Todos os provedores são agora produzidos na Universidade, é certo, mas têm fidelidades dispersas, cada vez mais dispersas, aliás, à medida que o século avança. Congregam-se em partidos políticos, em *cliques* locais, na maçonaria, na fê cientista ou na fê católica de uma Igreja que, após a turbulência do 1º Liberalismo, luta pelo monolitismo ideológico recorrendo à anatematização das vanguardas ideológicas.

Em suma: como emanção dos notáveis de Coimbra, pois o paralelismo é absoluto entre as elites dominantes na cidade e a direcção da Misericórdia, as chefias da Santa Casa corporizam a configuração dos centros decisores da urbe nos séculos XVIII e XIX. A identidade dos provedores e escrivães da Santa Casa revela a inelutável lei da caducidade e circulação das elites, os grupos de interesse que se movimentam, mas não o pulsar da vida económica, não a gente de cabedal que exclusivamente vivia de seus negócios, nunca admitidos no topo hierárquico da instituição porque nunca, também, se tornaram elites. Estas eram compostas por homens que se notabilizaram pelo domínio de outras fontes de poder e que, ao longo destes 210 anos, sofreram mutações: a família, o exercício de cargos da administração central e local, a competência jurídico-administrativa, a pertença às ordens militares, à Inquisição, ao Cabido, à Universidade, ou ainda à maçonaria, aos partidos políticos ou aos movimentos católicos organizados. Assim sendo, esta análise conduz-nos aos poderosos da cidade, aos instrumentos e estratégias que utilizam, ao tipo de poder que

¹⁹ ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*,

exercem (isto é, como dominam), às formas como se produzem e reproduzem. Identificando-se os dirigentes da Misericórdia, compreende-se, pois, como se estrutura o mando em Coimbra.